

Peirce e Kant sobre categorias: Parte I – Dedução metafísica e reviravolta semiótica¹

José Renato Salatiel

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP
jrslatiel@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho objetiva traçar tópicos comparativos entre a teoria das categorias de Kant e Peirce e, por meio destes, demarcar algumas diferenças entre a filosofia transcendental de Kant, centrada nas formas a priori do sujeito, e a cosmologia evolucionária de Peirce, que descentraliza a estrutura lógica do conhecimento. Nesta primeira parte, investigamos a origem das categorias na dedução metafísica de Kant, a revisão da lógica kantiana feita por Peirce e sua fundamentação das categorias na semiótica.

Palavras-chave: Categorias. Dedução Metafísica. Semiótica.

Peirce and Kant on Categories: Part I – Metaphysical Deduction and Semiotical Turn

Abstract: *This work aims to trace comparative topics between Kant's and Peirce's theories of categories and from them to demarcate some differences between Kant's transcendental philosophy, centralized in the a priori forms of the subject, and Peirce's evolutionary cosmology, which decentralizes the logical structure of knowledge. In this first part, we investigate the source of categories in the metaphysical deduction of Kant, the revision of kantian logic by Peirce and his basis of categories in the semiotic.*

Keywords: *Categories. Metaphysical Deduction. Semiotic.*

* * *

1. A questão epistemológica das categorias

Categorias são conceitos abstratos ao mesmo tempo elementares, no sentido de serem uma composição primária que reúne em formas lógicas a diversidade do mundo, e universais, isto é, válidos para toda experiência. A doutrina das categorias, que remonta ao problema do conhecimento em Platão e Aristóteles, é retomada por Peirce, sob maior influência de Kant para, com base na semiótica, conferir coerência ao seu sistema filosófico.

Em Kant, categorias são conceitos a priori (a priori: que antecede a experiência) pelos quais é possível reduzir um múltiplo de sensações desordenadas da experiência a uma unidade inteligível, permitindo assim o conhecimento (CRP B 143). Por isso, tais conceitos não podem ser encontrados na experiência, mas em funções lógicas do pensamento, constituindo mesmo condições de toda experiência.

Peirce as define como concepções elementares e universais (CP 1.550, 1867), não opondo diferenças substanciais ao termo². No entanto, apresenta diferenças

¹ Artigo baseado na comunicação “Reflexões sobre as Categorias de Kant e Peirce: da Filosofia Transcendental à Cosmologia Evolucionária”, apresentada no 8º Encontro Internacional sobre Pragmatismo, em 2005, enriquecido com a leitura atenta e sugestões do prof. Dr. Cassiano Terra Rodrigues, a quem agradeço.

² “Um exercício muito moderado desta terceira faculdade [faculdade de abstração matemática da fenomenologia] é suficiente para mostrar-nos que a palavra Categoria possui substancialmente o mesmo sentido para todos filósofos. Para Aristóteles, Kant e Hegel, a categoria é um elemento do fenômeno em primeira classe de generalidade” (CP 5.43, 1903).

essenciais, com relação a Kant, em sua constituição, derivação e aplicação. Basta, por enquanto, enfatizar a função essencial da experiência para a sustentação da teoria peirciana das categorias, que repudia o apriorismo kantiano.

Seguindo essa diretriz teórica pretende-se demonstrar como Peirce se afasta de Kant e constrói uma filosofia original, não mais fundada no sujeito, mas em uma cosmologia evolucionária muito mais harmoniosa com evidências empíricas da ciência atual.

Entre os principais problemas epistemológicos e metafísicos para se estabelecer uma lista, ao mesmo tempo completa, abstrata e geral de categorias, encontram-se os seguintes:

- i) sobre a sua gênese: qual a origem e o fundamento de tais conceitos, pela exigência de serem universais e necessários, não sujeitos à contingência dos fatos?
- ii) sobre sua composição: quais são as garantias do número limitado de categorias (doze em Kant e três na “*short list*” de Peirce), ou seja, qual a justificativa para que a lista não seja em número maior ou menor? e
- iii) sobre sua aplicação: qual seria a estrutura lógica que permitiria a aplicação de conceitos à realidade, visando sua prova ontológica e legitimação objetiva?

O presente trabalho não pretende esgotar a problemática, mas estabelecer tais critérios que irão orientar a investigação que segue. Delimitados os objetivos, foge ao escopo da pesquisa a análise da composição e caracterização de cada uma das doze categorias de Kant e das três categorias em Peirce, que o leitor deve encontrar em literatura especializada. A questão do artigo se restringe, portanto, aos fundamentos e aplicação das categorias propostas pelos referidos autores.

2. As categorias do sujeito transcendental de Kant

Na “Crítica da Razão Pura”, Kant demonstra que categorias são conceitos a priori que consistem em moldes cognitivos aos quais a natureza se conforma enquanto fenômeno. Para isso, ele recorre ao duplo método de dedução metafísica e transcendental em que, pelo primeiro, deriva uma tábua de doze categorias de uma homóloga de juízos (CRP B 105) e pelo segundo, legitima sua objetividade por meio do conceito de *condições de possibilidade da experiência* (CRP B 127). Na primeira parte deste artigo examinaremos a dedução metafísica.

Segundo a doutrina transcendental de Kant, o sujeito possui faculdades que ditam as regras pelas quais os objetos podem ser conhecidos. Assim, esse computador no qual escrevo, a janela do escritório e todas as coisas do mundo exterior só adquirem sentido porque estão reunidos em determinadas formas lógicas que são inatas ao ser humano. Essa estratégia na Crítica é uma resposta à dúvida de Hume sobre o problema da causalidade: como posso saber que, dado A, segue-se *por necessidade*, B? A experiência, segundo Hume, nunca poderá demonstrar a necessidade e universalidade das teorias e a conexão causal, por esta razão, é fruto de hábitos de origem psicológica. O ceticismo de Hume seria fatal para metafísicas dogmáticas e levou Kant ao exame da razão, visando erigir o sistema de uma metafísica científica a que Peirce daria continuidade em outros alicerces teóricos.

Kant chamou sua solução para o problema de Hume de “revolução Copernicana” (CRP B xvi), o que significa não procurar as leis nos objetos, mas na própria razão, à

qual a natureza é dada e pensada apenas enquanto *fenômeno*. O que a realidade é, a *coisa-em-si*, não é matéria de conhecimento e, portanto, é incognoscível.

E o que são essas faculdades que tornam possível conhecer? A teoria da cognição kantiana as classifica em dois elementos distintos: as intuições e os conceitos, produtos de duas faculdades, respectivamente, a sensibilidade e o entendimento. Pelas intuições os objetos são dados por receptividade, pelos conceitos eles são pensados por espontaneidade. O conhecimento surge da interação de ambos elementos, dados a priori como espaço e tempo (intuições) e categorias (conceitos) (CRP B 75). Desse modo o sujeito passa a legislar sobre a natureza, nas palavras do autor:

(...) a legislação suprema da natureza deve estar em nós mesmos, isto é, em nosso entendimento, e (...) não devemos buscar as leis gerais da natureza na própria natureza por meio da experiência, mas, ao contrário, devemos derivar a natureza, em sua regularidade universal, unicamente das condições de possibilidade da experiência inerentes à nossa sensibilidade e ao nosso entendimento (P § 36).

Kant reformula a doutrina das categorias de Aristóteles, uma série de dez predicamentos baseados na língua grega³ que definem modos de dizer o Ser, formulados em oposição ao platonismo. Para Kant, essas categorias careciam de validação objetiva na medida em que o filósofo grego “por não possuir nenhum princípio, catou-as como se lhe deparavam” (CRP B 107). Ou seja, Aristóteles enumera mas não justifica as categorias, enquanto Kant compõe a lista e apresenta provas de sua derivação. Ambas classificações possuem a mesma estrutura sintática no juízo; a diferença em Kant é que o princípio que orienta a descoberta é o sujeito (ver Santoro, 2004).

Antes de examinar a dedução metafísica, que trata da origem das categorias, vejamos alguns tópicos da lógica kantiana. Para Kant a lógica possui uma dupla condição: como *lógica geral* é uma ciência das regras puras e necessárias do entendimento para se *pensar* o objeto, onde se abstraem as condições empíricas, observando-se a razão em seu uso formal; como *lógica transcendental* (e essa é a inovação kantiana) é uma ciência de regras a priori para *construir* o objeto, no qual o conteúdo empírico é dado pela sensibilidade (CRP B 77-82). A tarefa da lógica transcendental é organizar a matéria do conhecimento, legislar sobre a natureza, enquanto que a lógica geral faz deduções de conceitos já dados. Por lógica geral Kant entende a lógica aristotélica.

Esses dois modos da lógica são empregados na dedução metafísica, em que Kant demonstra que as categorias são derivadas e correspondem a uma tábua de doze tipos de juízos. Juízos, para Kant, são formas lógicas do entendimento, cujas funções são dadas pelos conceitos. Assim pôde Kant derivar as seguintes tábuas juízos e categorias (quadro 2.1.):

³ A classificação das 10 categorias em Aristóteles - substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, situação, estado, ação e paixão – são tipos de predicamentos que, não obstante, referem-se a termos gerais da proposição – sujeito ou predicado (Kneale & Kneale, 1980). Kant mantém na lista quantidade, qualidade e relação, adicionando modalidade, colocando substância sob o título de relação, as categorias lugar, tempo e situação como elementos da sensibilidade e negando a derivação, por princípio, das demais (CRP B 107 e P§ 39).

1. QUANTIDADE		2. QUALIDADE	
Juízos	Categorias	Juízos	Categorias
Universais	Unidade	Afirmativos	Realidade
Particulares	Pluralidade	Negativos	Negação
Singulares	Totalidade	Infinitos	Limitação
3. RELAÇÃO		4. MODALIDADE	
Juízos	Categorias	Juízos	Categorias
Catagóricos	Substância	Problemáticos	Possibilidade
Hipotéticos	Causalidade	Assertóricos	Existência
Disjuntivos	Comunidade	Apodícticos	Necessidade

Quadro 2.1: Tábua dos juízos e tábua das categorias kantianas.

Explicitemos melhor essa argumentação: pensamento, para Kant, é a união de representações na forma de juízos/inferências. Esses juízos expressam funções do entendimento, que são os conceitos. Logo, as tábuas das categorias podem ser derivadas de uma tábua dos juízos.

Segundo Kant, do mesmo modo que os juízos reúnem em sua forma lógica diversas representações, a síntese pura⁴ do entendimento reúne, segundo a lógica transcendental, o múltiplo das intuições puras (espaço e tempo) sob conceitos puros, que sem a matéria fornecida pela intuição seriam vazios. Tais conceitos puros são denominados categorias (CRP B 102 a 105 e P §39). Por esse isomorfismo juízo/categoria é autenticada a gênese da tábua kantiana:

A mesma função que *num juízo* dá unidade às diversas representações também dá, *numa intuição*, unidade à mera síntese de diversas representações: tal unidade expressa de modo geral, denomina-se o conceito puro do entendimento (...) Seguindo Aristóteles, denominaremos tais conceitos de categorias (...) (CRP B 105).

O espelhamento das tábuas justificaria a coerência e a completude da lista kantiana de doze categorias, uma vez que corresponde a uma totalidade estrutural do pensamento, o que não foi aceito por parte da filosofia pós-kantiana. Para Heidegger, por exemplo, a tábua dos juízos não revela a essência das categorias, apenas dá indícios de sua gênese, voltando contra Kant a crítica feita por ele próprio a Aristóteles: “Pois as categorias não podem ser derivadas da tábua de juízos, nem de fato nem de nenhum outro modo” (Heidegger, 1973: 53). Schopenhauer (1980) e Ryle (1980) também não encontram fundamentação teórica, ao menos de modo claro e objetivo, da passagem dos juízos às categorias⁵. Paton, por sua vez, fornece pistas de que a insuficiência da lógica formal seria completada no contexto da própria filosofia transcendental:

⁴ Síntese é um produto da imaginação e uma “função cega” do *Gemüt*, da qual “raramente somos conscientes” (CRP B 103). Na teoria da cognição kantiana, a síntese permite ligar um múltiplo dado em intuições a conceitos do entendimento, tornando possível o conhecimento do objeto. Kant distingue síntese do múltiplo da intuição sensível (*synthesis speciosa*), ligação do entendimento (*synthesis intellectualis*) e síntese transcendental da capacidade da imaginação, que correspondem a momentos diversos da cognição (CRP B 151) e cujo exame não concerne aos objetivos propostos neste artigo.

⁵ Para Schopenhauer (1980), no ideal de construir um sistema filosófico simétrico, semelhante a uma catedral gótica, Kant teria elaborado argumentações obscuras e retóricas para derivar dos juízos as categorias que, à exceção da causalidade, seriam “janelas cegas”. Gilbert Ryle (1980), que aponta falhas na tábua dos juízos e, conseqüentemente, erros na dedução das categorias, afirma que a crença em um número finito de conceitos elementares não possui nenhum fundamento lógico.

A congruência das categorias com as formas de juízos não é a única prova da origem a priori das categorias na mente: ela tem, além disso, uma surpreendente corroboração da doutrina Copernicana de que a origem do universal e necessário deve ser fundada na natureza da própria mente (1936: 568 e 569).

Isto é, a chave é a noção do sujeito kantiano, que aparece na dedução transcendental (que trataremos na segunda parte deste artigo). Kant, porém, não deixou dúvidas da importância de suas categorias, seja como exposição completa dos conceitos elementares do entendimento, seja para sua classificação das ciências (CRP B 110). Peirce adotaria semelhante método projetando sua lista de categorias em todo seu sistema filosófico, sendo a homologia categorial entre fenômeno e realidade imprescindível para compreensão de seu idealismo objetivo (ver Ibri, 1992).

Outro aspecto da tábua kantiana que reaparece em Peirce é a constituição triádica: em cada classe, observa Kant, o número de categorias é sempre três e a terceira é originária da ligação das duas primeiras, preservando a sua originalidade e caráter primordial ou genético (CRP B 110 e 111).

3. As categorias de Peirce: fundamentação semiótica

Peirce reduz a apenas três sua lista de categorias – Primeiridade, Segundidade e Terceiridade - e sobre a classificação seu sistema se ordena por uma espécie de auto-similaridade categorial. Em Peirce as categorias são fundadas na lógica, a priori, e na fenomenologia, a posteriori, mas ele vai além destas distinções kantianas, pois sua doutrina do pragmatismo estranha qualquer distinção entre razão teórica e prática. Tanto em Peirce quanto em Kant há um fundamento da metafísica na lógica; mas enquanto Kant considerou a lógica aristotélica “completa e acabada” (CRP B viii), no século XIX a lógica simbólica apresentou contribuições que fizeram da lógica clássica ou tradicional uma parte de seu sistema. Por essa razão as categorias peircianas possuem outra base formal.

Além disso, Peirce foi um filósofo e cientista que viveu a época de descobertas científicas, entre elas a teoria da evolução das espécies e a termodinâmica, que contraditam uma filosofia subjetivista e uma metafísica baseada no determinismo newtoniano como em Kant. Por isso, Peirce não aceita a filosofia transcendental e o apriorismo kantiano, optando por um realismo radical que confere outro tratamento às categorias, cujo desenvolvimento é representado no seguinte esquema (quadro 3.1):

1867	Lógica Predicativa (Sujeito-Objeto)	Qualidade Relação Representação	Método Dedutivo- Matemático ? Método Empírico- Indutivo
1870	Lógica das Relações	Mônada (<i>Monad</i>) Díada (<i>Dyad</i>) Tríada (<i>Triad</i>)	
1904	Fenomenologia	Primeiridade (<i>Firstness</i>) Segundidade (<i>Secondness</i>) Terceiridade (<i>Thirdness</i>)	
1890	Metafísica	Acaso Existência Lei	

Quadro 3.1: Referencial terminológico e metodológico das categorias de Peirce.

Inicialmente, Peirce observou problemas na tábua das categorias de Kant, em que as categorias de relação (substância, causalidade e comunidade), por exemplo, seriam modos diferentes de necessidade, que é uma categoria da modalidade (CP 1.563, 1898). Isso o levou a rever a gênese categorial kantiana, concluindo que em sua tábua dos juízos Kant foi “(...) precipitado, superficial, trivial e até frívolo”, simplesmente por ignorar a lógica escolástica (CP 1.560, 1905).

Os pontos importantes desse exame feito por Peirce são dois: em primeiro lugar, Peirce concorda com Kant que toda cognição envolve uma inferência, mas nega que esta se reduza à figura silogística de Bárbara. Um das idéias centrais de sua filosofia são três modos distintos de raciocínio: dedução, abdução e indução, sendo as duas últimas inferências prováveis. Isso impede uma dedução categorial baseada apenas em juízos afirmativos e universais e de forma independente da observação da experiência empírica.

Outro problema nos silogismos da tábua kantiana é que, segundo Peirce, não há diferença *formal* entre juízos categórico (S é P), hipotético (Se S, então P) e disjuntivo (S ou P). Com isso, as categorias correspondentes deixam de ser irreduzíveis e ainda, havendo erros na classificação dos juízos de Kant, a dedução metafísica não pode ser correta: a homologia juízos/categorias torna-se impossível.

O objetivo do artigo “On a New List of Categories” (CP 1.545-559), de 1867, é corrigir essas falhas na lógica kantiana e apresentar uma nova lista de categorias. É um dos textos mais importantes do autor em que, não obstante a presença ainda de uma terminologia kantiana, marca um primeiro avanço em direção a uma filosofia original.

Em “New List” Peirce mantém a extração das categorias do exame da lógica proposicional clássica: “A unidade a qual o entendimento reduz impressões é a unidade de uma proposição. Esta unidade consiste na conexão de um predicado com o sujeito (...)” (CP 1.548). A originalidade de Peirce é que proposições, assim como inferências, são signos. Essa é uma mudança essencial do paradigma do sujeito transcendental para o paradigma das relações semióticas. Como consequência, a linguagem, não o sujeito, torna-se depositária da universalidade em um novo sistema realista e evolutivo.

Mas o que orienta “New List” ainda é a problemática nominalista de Kant: unificar em conceitos a multiplicidade de particulares que compõem a realidade. O objetivo último é a fundamentação do conhecimento. Na tarefa de extrair as categorias da unidade proposicional, Peirce estabelece o conceito de Substância (ou “presente em geral”) como o mais próximo do múltiplo das sensações, que representa o poder denotativo da mente de se referir imediatamente ao objeto (CP 1.547). Pelo fato de não conotar nada, ainda não é uma unidade, mas o reconhecimento dessas impressões – desse *isto* (it).

Em seguida, conceitua Ser como a cópula que faz a conexão entre sujeito e predicado (___ é ___) sendo, portanto, a própria unidade de uma proposição que completa a função de um conceito. Substância e Ser são, respectivamente, “(...) o começo e o fim de todo conceito” (CP 1.548). Entre ambos haverá uma gradação de níveis de abstração que correspondem a três categorias intermediárias (note-se que no artigo em questão as categorias peircianas são puramente mentais).

Para encontrá-las Peirce emprega o método chamado *prescission* (no sentido de prescindir) ou abstração “prescindente”, que consiste em atentar para uma determinada propriedade do percepto (aquilo que é percebido) deixando as demais imprecisas, de acordo com uma regra que sugere hierarquia (CP 1.549, 1867; ver também CP 2.428,

1893 e CP 4.235, 1902). No exemplo dado por Peirce, posso prescindir espaço de cor, mas não cor de espaço, em outros termos, posso prescindir A de B mas não B de A. Segundo De Tienne (1989), o método é aplicado com a formulação de hipóteses seguindo uma ordem retroativa do Ser à Substância (ou do conceito mais imediato ao mais mediato).

Aqui tem-se outra diferença em relação a Kant: não se trata de meramente deduzir a lista de categorias de uma classificação de proposições, mas encontrá-las na análise da estrutura proposicional usando um método hipotético.

A primeira categoria intermediária é encontrada da seguinte maneira:

A concepção de *ser* surge da formação de uma proposição. Uma proposição sempre tem, ao lado de um termo para expressar a substância, outro para expressar a qualidade dessa substância; e a função da concepção de ser é unir a qualidade à substância. Qualidade, portanto, é em seu mais amplo sentido, a primeira concepção em ordem da passagem do ser à substância (CP 1.551, 1867).

Substância é o sujeito de uma proposição, Ser é a cópula e Qualidade, o predicado. O predicado, por sua vez, é determinado em relação a um correlato (objeto). Relação é a segunda categoria. Representação é a mediação entre relato e correlato, portanto, a terceira categoria (para detalhes sobre a lista ver Michael, 1980 e Murphey, 1993). Deste modo, têm-se:

Ser
 Qualidade
 Relação
 Representação
 Substância

Em que cada categoria mais imediata (da experiência) não pode prescindir da sucessora: nisto consiste o método. Por exemplo, Relação não pode prescindir de Qualidade, mas Qualidade pode prescindir de Relação.

4. Tese da redutibilidade dos processos triádicos

A partir de 1870 Peirce aprofunda-se nos estudos de lógica algébrica de Boole e inicia sua revisão na lista. A maior contribuição deste período é o desenvolvimento da lógica dos relativos, pela qual as categorias são classificadas como elementos relacionais de uma proposição em mônada, díada e tríada⁶. Diferente da lógica tradicional, aqui os predicados requerem mais de um termo na proposição e a cópula é um elemento relacional. Assim: “A é branco”, é uma mônada não relativa; “A é irmão de B” é de caráter diádico, expressa relação entre duas coisas; “A dá B para C”, é uma relação triádica, primitiva e necessária para um sistema lógico coeso. Com base nas tríadas Peirce sustenta a tese da redutibilidade categorial, isto é, de que políadas podem ser construídas a partir de tríadas:

⁶ Peirce se inspira no modelo conceitual da química do século XIX (ele era químico de formação) para classificar as categorias mônada, díada e tríada de acordo com sua valência (valência 1, 2 e 3, incluindo *medad*, que corresponde à valência 0). Em química, valência é o número de ligações que um átomo pode estabelecer para gerar compostos; na lógica de Peirce, referem-se a elementos relacionais de uma proposição (CP 1.288, 1904).

Um estudo completo da lógica dos relativos confirma as conclusões que havia obtido antes. Mostra que os termos lógicos são mônadas, díadas ou políadas, e estas últimas não introduzem quaisquer elementos radicalmente diferentes daqueles que são encontrados nas tríadas. Portanto, divido todos objetos dentro de mônadas, díadas ou tríadas (...) (CP 1.293, 1894).

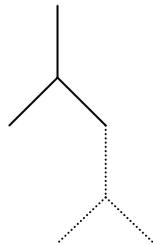
Ou seja, prova-se que as três categorias são elementares, irreduzíveis e a lista, portanto, é completa. Essa é a principal prova da origem e composição das categorias peircianas baseada na lógica formal e marca um considerável avanço em relação a Kant.

A tese pode ser visualizada de acordo com a notação dos grafos existenciais, sistema de geometrização da lógica criado por Peirce, onde mônada (a) é representada por um traço; díada (b), dois traços em relação e a tríada (c) formando um design de bifurcação que oferece modelo para construção de sistemas poliádicos (CP 1.347, 1903):

(a) Mônada: - x

(b) Díada: - R -

(c) Tríada:



Esta relação triádica é denominada de signo, definido como um primeiro correlato, o Representamen, que representa um segundo correlato, seu Objeto, para um terceiro, seu Interpretante (CP 2.274, 1902), que origina outra relação, em um crescimento infinito que caracteriza o processo, chamado semiose. O grafo triádico, portanto, traz em sua própria morfologia uma idéia de irreversibilidade temporal e continuidade.

Por isso, a primeira conclusão do estudo da lógica dos relativos é a identificação de terceiridade e continuidade: “Continuidade representa Terceiridade em sua quase perfeição” (CP 1.337, 1875). A segunda é a revisão da Segundidade de acordo com a teoria dos quantificadores, identificando o segundo elemento com existentes individuais e contribuindo para o aprimoramento do realismo peirceano (Murphey, 1993 e Parker, 1998). Em resumo, há implicações metafísicas pertinentes no estudo das categorias a serem desenvolvidas e que requerem (conforme demonstraremos na segunda parte deste artigo) a rejeição da filosofia transcendental.

Os resultados destes estudos são apresentados em “One, Two, Three: Fundamental Categories of Thought and of Nature” (W5: 242-247), de 1885, em que as categorias de “New List” são retomadas não como concepções mas relações ou processos lógicos elementares e universais. Nas palavras de Peirce:

(...) achamos necessário reconhecer em lógica três tipos de caracteres, três tipos de fatos. Primeiro, existem caracteres *singulares* que são predicáveis de objetos

singulares, como quando dizemos que algo é branco, grande, etc. Segundo, existem caracteres duais que se referem a pares de objetos; estes são implicados por todos termos relativos como “amante”, “similar”, “outro”, etc. Terceiro, existem caracteres plurais, que podem ser todos reduzidos a caracteres triplos mas não a caracteres duais (W5: 243).

A tríade categórica retorna em “One, Two, Three” com a força de um modelo formal para investigações realizadas na fenomenologia, o passo subsequente para a validação objetiva da doutrina das categorias de Peirce.

Referências:

- DE TIENNE, André (1989). “Peirce’s Early Method of Finding the Categories”, in *Transactions of The Charles S. Peirce Society: a quartely journal in American Philosophy*, vol. XXV, nº 4, p. 385-406.
- HEIDEGGER, Martin (1973). *Kant y el Problema de la Metafísica*. Gred Ibscher Roth (trad.). México: Foundo de Cultura Económica.
- IBRI, Ivo Assad (1992). *Kósmos Noetós: a arquitetura metafísica de Charles S. Peirce*. Col. Estudos, vol. 130. São Paulo: Perspectiva e Hólon.
- KANT, Immanuel (1980). *Crítica da Razão Pura*. Col. Os Pensadores (vol. I). Valério Rodhen e Udo Balbur Moosburger (trad.). 2ª ed, São Paulo: Abril Cultural [Citado como B (edição B) seguido da página no original].
- _____ (1980). *Prolegômenos*. Col. Os Pensadores (vol. II). Tania Maria Bernkopf (trad.). 2ª ed, São Paulo: Abril Cultural [Citado como P seguido do capítulo].
- KNEALE, William e Marta. (1980). *O Desenvolvimento da Lógica*. M. A. Lourenço (trad.). 2ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- MICHAEL, Fred (1980). “The Deduction of Categories in Peirce’s ‘New List’”, in *Transactions of Charles S. Peirce Society: a quartely journal in American Philosophy*, vol. XVI. nº 3, p. 179-211.
- MURPHEY, Murray G. (1993). *The Development of Peirce’s Philosophy*. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company.
- PARKER, Kelly A. (1998). *The Continuity of Peirce’s Thought*. Nashville and London: Vanderbilt University Press.
- PATON, H.J. (1936). *Kant’s Metaphysic of Experience: a commentary on the first half of the Kritik Der Reinen Vernunft*, vol. 1. New York: The Macmillan Company.
- PEIRCE, Charles Sanders (1931-1958). *Collected Papers*, 8 vols. Charles Hartshorne, Paul Heiss e Arthur Burks (eds.). Cambridge: Harvard University Press [Citado como CP seguido do número do volume e parágrafo].
- _____ (1982-1993). *Writings of Charles S. Peirce: a chronological edition*, vols. 1-5. Fisch, Max H. et al (eds.).Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press [Citado como W seguido do número do volume e página].
- RYLE, G. (1980). *Categorias*. Col. Os Pensadores. Balthazar Barbosa Filho (trad.). 2ª ed, São Paulo: Abril Cultural.

SANTORO, Fernando (2004). “Categorias De Quê? Acerca da leitura kantiana das categorias de Aristóteles”, in *Immanuel Kant: Bicentenário*. Revista Tempo Brasileiro, nº 159. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 61-75.

SCHOPENHAUER, Arthur (1980). *Crítica da Filosofia Kantiana*. Col. Os Pensadores. Maria Lúcia Mello e Oliveira Cacciola (trads.). 2ªed, São Paulo: Abril Cultural.